

Horizontes das **Ciências Sociais Rurais 3**

**Leonardo Tullio
(Organizador)**



Atena
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

3

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-132-9

DOI 10.22533/at.ed.329191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste III volume, apresentamos as aplicações práticas das técnicas de extensão rural, trabalhos aplicados a resolução de problemas reais e que propõem estratégias para o sucesso no empreendimento.

Tratar sobre o agronegócio envolve vários setores, a complexidade deve ser entendida para estabelecer relações e resoluções de problemas. Os horizontes da ciência social rural são inúmeros e que juntos formam a cadeia do agronegócio, que gera oportunidade de trabalho e renda para milhares de pessoas. Discutir sobre esses horizontes, analisar e propor alternativas é o futuro sendo traçado, pois a complexidade e o avanço tecnológico que estamos passando exige conhecimento técnico avançado.

Assim, contribuímos com esse avanço quando desenvolvemos pesquisas e publicamos para que outras pessoas possam discutir e validar a proposta, sendo a disseminação de resultados a chave para a complexidade do conhecimento.

Por fim, aproveito e desejo boas leituras e olhar crítico sobre os temas a presentados neste volume, construa seu conhecimento pouco a pouco.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DO CLUSTER VINÍCOLA DA FRONTEIRA OESTE/RS ATRAVÉS DO MODELO TEÓRICO ZACCARELLI ET AL (2008)	
<i>Matheus de Mello Barcellos</i>	
<i>Katiane Rossi Haselein Knoll</i>	
<i>Paulo Cassanego Jr</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918021	
CAPÍTULO 2	17
ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DOS PRINCIPAIS COMPLEXOS EXPORTADORES DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO	
<i>Mygre Lopes da Silva</i>	
<i>Rodrigo Abbade da Silva</i>	
<i>Bruno Pereira Conte</i>	
<i>Nadine Gerhardt Lermen</i>	
<i>Daniel Arruda Coronel</i>	
<i>Reisoli Bender Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918022	
CAPÍTULO 3	31
O COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL E VENEZUELA DE 1998-2013	
<i>Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues</i>	
<i>Ariana Cericatto da Silva</i>	
<i>Priscila Marçal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918023	
CAPÍTULO 4	47
ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA AGROINDÚSTRIA DE LEITE E DERIVADOS DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ-AC	
<i>Emerson Luiz Curvêlo Machado</i>	
<i>Raimundo Claudio Gomes Maciel</i>	
<i>Pedro Gilberto Cavalcante Filho</i>	
<i>Reginaldo Silva Mariano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918024	
CAPÍTULO 5	65
ESTIMATIVA DAS EMISÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA PROVENIENTES DA PECUÁRIA LEITERIA DA REGIÃO DO CONDEPRO/RS	
<i>Thelmo Vergara de Almeida Martins-Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918025	
CAPÍTULO 6	83
ANÁLISE OPERACIONAL DA ATIVIDADE DE PROCESSAMENTO DE LEITE E DERIVADOS DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ	
<i>Uellington Corrêa</i>	
<i>Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro</i>	
<i>Érik Campos Dominik</i>	
<i>Gideon Carvalho de Benedicto</i>	
<i>Bryan William Alvarenga Corrêa</i>	
<i>Israel Marques da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918026	

CAPÍTULO 7 101

ESTUDO DOS CUSTOS E RECEITAS DE LABORATÓRIOS DE PRODUÇÃO E PRÁTICA DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Gideon Carvalho de Benedicto
Francisval de Melo Carvalho
Renato Silvério Campos
Bryan William Alvarenga Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.3291918027

CAPÍTULO 8 113

ANÁLISE OPERACIONAL DA ATIVIDADE LEITEIRA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ

Uellington Corrêa
Marcos Aurélio Lopes
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Gideon Carvalho de Benedicto
Israel Marques da Silva
Bryan William Alvarenga Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.3291918028

CAPÍTULO 9 130

ANÁLISE DE CAUSALIDADE DE PREÇOS NO MERCADO INTERNACIONAL DA SOJA: O CASO DO BRASIL, ARGENTINA E ESTADOS UNIDOS

Bruna Márcia Machado Moraes
Reisoli Bender Filho
Kelmara Mendes Vieira
Paulo Sérgio Ceretta

DOI 10.22533/at.ed.3291918029

CAPÍTULO 10 145

A INFLUÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE BOVINA *IN NATURA*

Bruna Márcia Machado Moraes
Reisoli Bender Filho
Daniel Arruda Coronel

DOI 10.22533/at.ed.32919180210

CAPÍTULO 11 161

ANÁLISE ECONÔMICA SOBRE O IMPACTO DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA NA REGIÃO DE PARANAÍ – PR

Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera
Ednaldo Michellon
Alexandre Florindo Alves

DOI 10.22533/at.ed.32919180211

CAPÍTULO 12 178

ELASTICIDADE DE TRANSMISSÃO DE PREÇOS DA CARNE DE FRANGO NO MERCADO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Francisval de Melo Carvalho
Gideon Carvalho de Benedicto
Euler de Assis Corrêa
Bryan William Alvarenga Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.32919180212

CAPÍTULO 13 192

CAUSALIDADE E ELASTICIDADE DE TRANSMISSÃO DE PREÇO DE SUÍNOS EM TERMINAÇÃO ENTRE MERCADOS BRASILEIROS

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
José Willer do Prado
Bryan William Alvarenga Corrêa
Euler de Assis Corrêa
Gideon Carvalho de Benedicto

DOI 10.22533/at.ed.32919180213

CAPÍTULO 14 209

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO PIAUÍ NA VISÃO DOS PRODUTORES NO TERRITÓRIO RURAL PLANÍCIE LITORÂNEA

Maria de Jesus Gomes de Lima
José Newton Pires Reis
Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima
Edvania Gomes de Assis
Francisco Pereira da Silva Filho
James José de Brito Sousa

DOI 10.22533/at.ed.32919180214

CAPÍTULO 15 226

A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF CUSTEIO E INVESTIMENTO NO BRASIL: 2013 A 2016

Lidiane Kasper
Dionéia Dalcin
Carlos Thomé
Juliana Strieder Kern

DOI 10.22533/at.ed.32919180215

CAPÍTULO 16 242

SAZONALIDADE DOS PREÇOS: UMA ANÁLISE DA BANANA DE SEQUEIRO, DA CANA DE AÇÚCAR E DO MILHO NAS MICRORREGIÕES DO CEARÁ

Gerlânia Maria Rocha Sousa
Meire Eugênia Duarte
José Wandemberg Rodrigues Almeida
Fábio Lúcio Rodrigues
Railson Alexandrino dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32919180216

CAPÍTULO 17	259
ANÁLISE DE GÊNERO E AUTONOMIA FINANCEIRA NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ENFOQUE NO PROGRAMA “GÊNERO E GERAÇÃO”	
<i>Renata Borges Kempf</i>	
<i>Simão Ternoski</i>	
<i>Josiane Caldas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32919180217	
CAPÍTULO 18	277
A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO NOROESTE DE MINAS: AVALIAÇÃO DO PROINF ENTRE 2003 E 2012	
<i>Clesio Marcelino de Jesus</i>	
<i>José Flores Fernandes Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32919180218	
CAPÍTULO 19	298
CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO EXTRATIVO DA CARNAÚBA À LUZ DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DOS ANOS DE 2013 A 2017	
<i>José Natanael Fontenele de Carvalho</i>	
<i>Jaíra Maria Alcobaça Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32919180219	
SOBRE O ORGANIZADOR	314

A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF CUSTEIO E INVESTIMENTO NO BRASIL: 2013 A 2016

Lidiane Kasper

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, *Campus* Santa Rosa, Santa Rosa, Rio Grande do Sul.

Dionéia Dalcin

Universidade Federal da Fronteira Sul- *Campus* Cerro Largo, Cerro Largo, Rio Grande do Sul.

Carlos Thomé

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, *Campus* Santa Rosa, Santa Rosa, Rio Grande do Sul.

Juliana Strieder Kern

Universidade Federal da Fronteira Sul- *Campus* Cerro Largo, Cerro Largo, Rio Grande do Sul.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a distribuição das principais aplicações do recurso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, para o período de 2013 a 2016, nas finalidades de custeio e investimento em relação ao número de contratos, valores captados e principais aplicações dos recursos no cenário nacional. Ademais, este trabalho procurou dar continuidade ao estudo iniciado por Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014) que analisaram esta distribuição para o período anterior a 2013. A metodologia da pesquisa constitui-se na coleta de dados secundários extraídos da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco

Central do Brasil (2017), e análise descritiva destes dados. Os resultados indicam que no período de 2013 a 2016 houve aumento no valor dos recursos distribuídos e uma involução no número de contratos. Ainda em relação à distribuição dos recursos, observa-se que as regiões Sul e Sudeste captaram cerca de 70% do valor, enquanto que as regiões Nordeste e Sul detiveram cerca de 80% dos contratos. Os recursos de custeio predominam na região Sul, enquanto que os de investimento apresentam uma distribuição proporcional entre as cinco regiões brasileiras; os contratos de custeio também são mais incidentes no Sul, ao passo que os de investimento no Nordeste. Quanto aos produtos financiados, na agricultura destaca-se a soja, o milho e o financiamento de tratores; já na pecuária há concentração de contratos em torno da bovinocultura. Assim, evidencia-se a relevância do programa para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Agricultura Familiar; Recursos Financeiros.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the distribution of the main applications of resources of the National Program for the Strengthening of Family Agriculture – PRONAF, during the period between 2013 and 2016 in costing and investment purposes over the number of contracts, values obtained and main applications

of resources on the national scene. Furthermore, this paper seeks to continue the study started by Wesz Junior, Grisa and Buchweitz (2014), who analyzed this distribution in the period before 2013. The research methodology consists in gathering secondary data extracted from the array of Rural Credit Data of Brazil's Central Bank (2017), and descriptive analysis of these data. The results indicate, 2013 and 2016, that there was an increase in the value of distributed resources and an involution in the number of contracts in the new period. In relation to the distribution of resources, the south and southeast regions capture about 70% of the value, while the northeast and south hold about 80% of contracts. About the purposes, the costing resource predominates in the south region, while the investment presents a more proportional distribution among the five Brazilian regions; the costing contracts are also more recurring in the south, and the investment ones are more in the northeast. About the funded products, soya, corn and the financing of tractors stand out in agriculture; and in livestock there is a concentration on the bovines. Thus, it is evident the relevance of the program for the development of Brazilian family agriculture.

KEYWORDS: Public Policies; Family Agriculture; Financial Resources.

1 | INTRODUÇÃO

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -PRONAF, em 1995 e, sua oficialização através do Decreto Federal nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (DE CONTI; ROITMAN, 2011), foi um marco da intervenção do Estado na agricultura brasileira, atendendo as reivindicações dos agricultores menos favorecidos os introduzido na agenda de políticas públicas (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2005).

O PRONAF surgiu como um instrumento governamental de apoio e fortalecimento dos agricultores familiares, aumentando sua capacidade de investimento, gerando renda, melhorando suas condições de vida no meio rural, além de amenizar as dificuldades encontradas neste meio visando sua permanência (AQUINO; SCHNEIDER, 2010; MALYSZ; CHIES, 2012)

A agricultura familiar apresenta-se como uma forma de vida desenvolvida por milhares de agricultores que resiste ao longo do tempo, apesar de todo processo de diversidade e disparidade existente no cenário agrícola (SILVA; JESUS, 2010).

No mercado, a agricultura familiar é responsável pela produção de parte dos alimentos que garantem a segurança alimentar do País, além do fornecimento de alimentos para o mercado interno, sendo que, do total da produção nacional, a agricultura familiar é responsável por produzir 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 21% do trigo, possuindo 59% do plantel de suínos, 50% do de aves e 30% dos bovinos e 16% da soja (IBGE, 2009).

Conforme Censo Agropecuário, 2006, identificou-se 4.367.902 estabelecimentos

da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. O contingente de agricultores familiares ocupa 24,3% da área e uma média de 18,37 hectares por estabelecimento familiar, enquanto que os estabelecimentos não familiares ocupam 75,7% da área com média de 309,18 hectares (IBGE, 2009).

Neste contexto, por meio do PRONAF, criado pelo Governo Federal, busca-se incentivar a geração e melhoria de renda de agricultores familiares, além de melhorar o uso da mão de obra familiar, através da oferta de crédito para financiamento de atividades agropecuárias ou não agropecuárias (BCB, 2015).

Desde o seu lançamento, e com o passar dos anos, por meio de sua estruturação, o PRONAF vem se apresentando como uma importante política pública de apoio aos agricultores familiares (AQUINO; SCHNEIDER, 2010; BIANCHINI, 2015). A flexibilização das condições financeiras, de acesso e a expansão para novas regiões foram marcos dos avanços que ocorreram na trajetória do programa (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014).

Apesar destes avanços nas condições de acesso do programa e movimento ascendente da liberação de crédito ao longo dos anos, uma análise mais panorâmica de Aquino e Schneider (2010) mostram que, apesar de todas as regiões brasileiras estarem captando recursos, o que estaria ocorrendo é uma concentração destes em algumas regiões. Ainda segundo estes autores, ao longo dos anos o programa passou a ter concentração de recursos nas regiões sul e sudeste, principalmente para o financiamento da produção de *commodities*.

O desempenho do PRONAF também foi objeto de estudo realizado por Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014), referente aos anos de 1996 a 2012, sendo que os autores descrevem o comportamento do programa em relação a concentração de recursos e contratos no financiamento das diversas finalidades do programa (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014). E com base neste estudo, o objetivo desta pesquisa foi analisar a distribuição das principais aplicações dos recursos do PRONAF, para o período de 2013 a 2016, nas finalidades de custeio e investimento, em relação ao número de contratos, valores captados e principais finalidades dos recursos, entre as cinco grandes regiões brasileiras. Neste sentido, estará se fazendo uma atualização dos dados para o período mais recente, permitindo acompanhar as mudanças e/ou permanências do PRONAF em relação às variáveis supracitadas.

2 | METODOLOGIA

O presente estudo é descritivo e constituiu-se na coleta e análise de dados secundários (MARCONI, 2010) extraídos da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil - BCB (2017), referente aos anos de 2013 a 2016. Considerando a ocorrência de ajustes na base de dados consultada, toda coleta de dados ocorreu no dia 10 de março de 2016.

Após a coleta dos dados, as informações foram manipuladas com a utilização do Software *Calc* do Libre Office. A análise consistiu na sintetização das informações sobre contratos e recursos no período, com o emprego de técnicas da estatística descritiva, de modo que fosse possível dar continuidade ao estudo de Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014), que, para os anos de 1996 a 2012, analisou o desempenho do PRONAF no Brasil em termos de contratos assinados e recursos distribuídos.

A análise dos resultados está dividida em duas partes, sendo a primeira referente ao volume de contratos e recursos de custeio e investimento agrícola e pecuário, e a segunda na qual estão descritos os principais produtos financiados nestas operações. Neste sentido, o presente estudo comparou os recursos e o número de contratos acessados no PRONAF em nível nacional e o valor médio destes para o período de 2013 a 2016 para, por fim, poder comparar com o trabalho desenvolvido por Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014).

Da mesma forma como Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014) analisaram a finalidade dos contratos e recursos do PRONAF em nível nacional, neste estudo esta análise foi ainda estendida para as cinco grandes regiões brasileiras. Já na distribuição dos recursos de investimento agrícola e pecuário os autores acima juntaram estas informações de acordo com os produtos financiados, enquanto que no novo estudo esta análise foi feita em separado, ou seja, analisado o investimento agrícola quanto o pecuário. Em relação a distribuição dos recursos para a finalidade de custeio, os autores fizeram apenas a análise do custeio agrícola, a passo que neste estudo esta análise foi feita tanto para o custeio agrícola quanto para o pecuário.

Para a segunda parte do estudo foram extraídas as informações para produtos definidos (não considerados os itens de classificação genérica) e que mais se destacavam pelo volume do recurso captado. Assim, foram selecionados de cinco a oito produtos de acordo com a finalidade do financiamento de modo a sistematizar a seleção. Ressalta-se que no cálculo da representação percentual foi considerado o montante total da modalidade verificada contemplando todos os itens que a compõem.

3 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: RECURSOS DO PRONAF CUSTEIO E INVESTIMENTO NO BRASIL (2013 A 2016)

Na primeira parte desta seção foi realizada a análise descritiva dos volumes de contratos e recursos de custeio e investimento agrícola e pecuário, em nível nacional, descritos por região, estados e Distrito Federal, referente aos anos de 2013 a 2016. Na segunda parte são descritos os principais produtos financiados nas operações de custeio e investimento agrícola e pecuário.

3.1 Volumes de contratos e recursos de custeio e investimento agrícola e pecuário

Nos anos de 2013 a 2016, cerca de R\$ 90 milhões de reais foram distribuídos

pelo PRONAF, dos quais o de 2014 foi o ano com mais valor distribuído, cerca de R\$ 25 milhões, ao passo que nos demais este valor esteve em torno dos R\$ 20 milhões de reais (BCB, 2017). Ao comparar o volume de recursos captado com os períodos anteriores a 2013 (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014) observa-se que houve um recorde na captação de recursos no ano de 2014.

Em termos de contratos firmados durante 2013 a 2016 verifica-se uma involução destes totais, uma vez que em 2013 este quantitativo representava cerca de 2 milhões, tendo baixado para 1,8 milhões em 2014, 1,7 milhões em 2015 e 1,6 milhões em 2016 (BCB, 2017).

Analisando o período de 1996 a 2012, Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014), observaram, de maneira geral, um crescimento no número de contratos, sendo que apenas em 2001 foi registrada uma queda, seguida de aumento no ano seguinte. Os autores ainda chamam atenção para o ano de 2006, ano que foi registrado o valor máximo de 2,5 milhões de contratos, dentre os 17 anos de programa. Em 2007 esse quantitativo novamente diminuiu para aproximadamente 2 milhões, entre 2008 a 2011 manteve-se próximo de 1,5 milhões, e em 2012 atingiu 1,8 milhões (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014). Assim, no ano de 2013, tem-se um aumento no número de contratos em relação ao ano anterior, seguido de novas reduções nos anos seguintes (2014, 2015 e 2016), chamando atenção, portanto, para uma involução no número de contratos, com queda no número em três anos consecutivos. No entanto, o número recorde de contratos registrados no ano de 2006 ainda não foi ultrapassado nos 21 anos de existência do PRONAF.

Ao verificar os valores médios dos contratos, observou-se que no ano de 2013 o valor médio destes foi de R\$ 9.974,62, passando para R\$ 13.533,46 em 2014, baixando em 2015 para R\$ 12.762,21, e novamente em 2016 aumentando, quando atingiu o valor de R\$ 13.369,47 (BCB, 2017).

Wesz Junior, Grisa e Buchweitz, (2014) observaram uma tendência de crescimento no valor médio dos contratos que se iniciou em 2005 e se estendeu até 2012, sendo que neste ano o valor médio dos contratos atingiu o valor recorde de R\$ 8.878,60. Ao comparar estas informações com este estudo, verifica-se que a tendência de crescimento se estendeu até 2014, ano em que também atingiu o valor recorde no valor médio dos contratos (R\$ 13.533,46).

Analisada a distribuição dos recursos e contratos em nível nacional, no Gráfico 1 e 2 estes quantitativos foram analisados a partir da divisão entre as cinco regiões brasileiras, o que permite ter uma noção da participação destas regiões no quantitativo brasileiro.

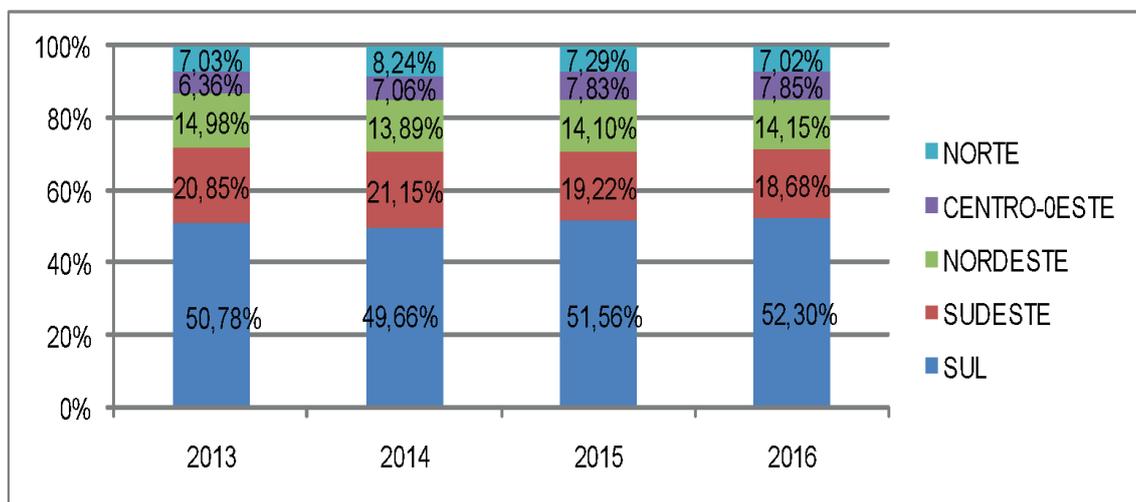


Gráfico 1 – Distribuição nacional dos recursos de custeios e investimentos agrícolas e pecuários por região brasileira: 2013 - 2016.

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

Em termos de distribuição dos recursos totais do PRONAF observa-se significativa participação da região Sul na captação de recursos, representando cerca de 50% do valor total, seguida da região Sudeste, com aproximadamente 20% deste recurso. A região Nordeste aparece em terceira posição na captação, com aproximadamente 14%. As regiões com menor captação foram o Centro-Oeste em 2013 e 2014, e a região Norte, em 2015 e 2016.

A predominância da região Sul na captação de recursos do PRONAF também foi identificado por Wesz Junior, Grisa e Buchweitz, (2014) ao analisar o período de 1996 a 2012, sendo que no ano de 1997 e 2000 a região Sul atingiu uma captação de aproximadamente 60% do recurso total disponibilizado. Ademais, se analisado os 17 anos pesquisados observa-se que a região Sul captou menos de 50% em apenas 5 deles (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014).

Já em relação ao número de contratos totais (Gráfico 2) observa-se uma certa inversão entre as regiões quando comparado ao recurso financeiro captado, considerando que o maior quantitativo de contratos está na região Nordeste, com aproximadamente metade deles, seguida da região Sul, com cerca de 30%, e da região Sudeste com 15%. As regiões Norte e Centro-Oeste, também nesta ordem, representam as regiões com menor número de contratos.

Região Brasileira: 2013 - 2016.

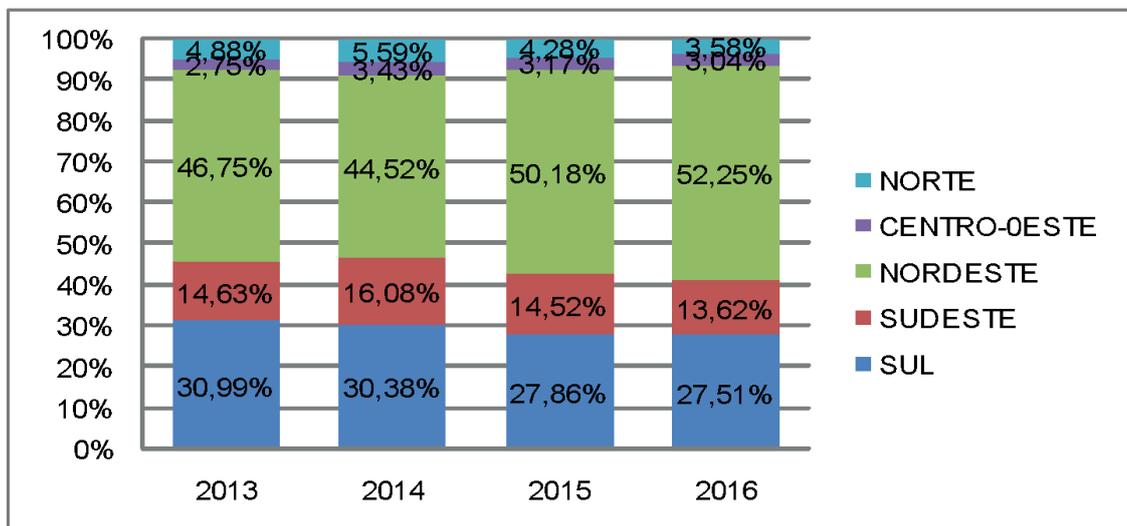


Gráfico 2 - Distribuição nacional dos contratos de custeios e investimentos agrícolas e pecuários por

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014) já destacam esta participação da região Nordeste no volume total de contratos realizados, sendo que do ano de 1996 a 2000 e de 2002 a 2004, a região Sul predominava em termos de contratos, porém, a partir de 2005 este cenário começa a mudar, momento em que esta participação se inverte quando a região Nordeste passa a ter a maior percentual de contratos, seguida da região Sul e Sudeste, nesta ordem, enquanto que as regiões Norte e Centro-Oeste continuam com a menor participação. Assim, ao considerar todo o período (1996 - 2016), a região Nordeste vem se destacando desde 2005 em relação ao número de contratos, sendo que em 2015 e 2016 mais de 50% dos contratos já foram firmados nesta última.

A partir da comparação dos dados sobre o quantitativo de contratos e recursos por região, notam-se algumas características importantes relacionadas aos valores médios dos contratos (Gráfico 3).

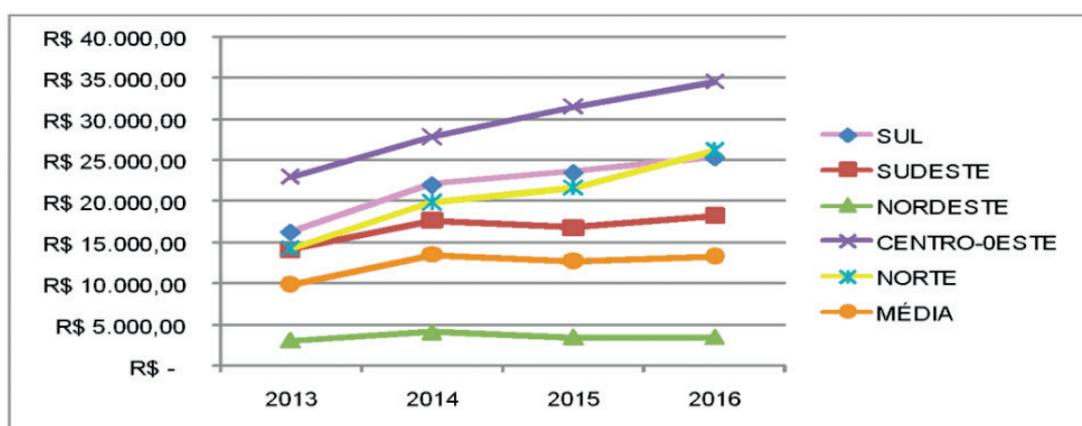


Gráfico 3 - Valor médio dos contratos distribuídos por região brasileira: 2013 /2016.

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

A região Centro-Oeste acaba não se destacando em termos de captação de recursos e contratos (Gráfico 1 e Gráfico 2), porém ao analisar o valor médio destes (Gráfico 3), a região apresenta o maior valor durante o período analisado (R\$ 29.243,26), indicando ainda uma tendência de crescimento. Na sequência desta região aparece a região Sul cujo valor médio é de R\$ 21.875,23; na região Norte o valor médio foi de R\$ 20.579,52 para o período, sendo que no ano de 2016 observa-se o início de uma inversão desta com a região Sul. A região Sudeste aparece na sequência, cujo valor médio dos contratos ficou em R\$ 16.812,41. Estas quatro regiões ficaram com os valores médios acima do valor médio nacional (R\$ 12.409,94), sendo a região Nordeste a que apresenta seu valor médio (R\$ 3.656,17) abaixo do nacional.

Ao analisar os períodos anteriores a 2013, Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014) também já destacavam a região Centro-Oeste por possuir os valores médios dos contratos mais altos, atingindo mais de R\$ 20.000,00 em 2012, sendo que para o novo período analisado esta média subiu para R\$ 29.000,00, enquanto que a região Nordeste onde já prevaleciam os valores médios mais baixos (próximos a R\$ 1.800,00 em 2012), este cenário se manteve, porém com um valor médio duplicado.

Ainda em relação aos valores médios, chama a atenção o desempenho da região Norte que até 2012 vinha se alternando com a região Sudeste (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014), e que desde 2013 superou definitivamente a região Sudeste. No ano de 2016 essa região também superou a região Sul, indicando ser a região com maior crescimento no valor médio dos contratos.

Em relação a distribuição dos recursos aplicados no setor agrícola e pecuário (BCB, 2017) estão distribuídos em torno de 50% para cada um deles. Porém ao analisar as finalidades de custeio e investimento, observou-se que os de custeios vêm aumentando, sendo que em 2015 e 2016 eles representaram mais de 50% dos recursos (BCB, 2017). Ainda em relação ao custeio, o agrícola predominou sobre o pecuário nos quatro anos, ao passo que, o investimento tem reduzido neste período, em especial o investimento agrícola que tem indicado as maiores retrações (BCB, 2017).

Ao analisar o período anterior a 2013 cujos dados foram descritos por Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014), observou-se que de 2009 a 2012 o investimento superava o custeio. Contudo, no estudo atual esta tendência se manteve até 2014, e a partir de então os valores de custeio voltaram a superar os de investimento.

Quanto aos contratos no período de 2013 a 2016, observou-se que os contratos de investimento predominam nos quatro anos (BCB, 2017). Destes, os de investimento pecuário vieram crescendo além de serem superior aos do agrícola (BCB, 2017). Ao analisar os resultados apresentados por Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014) para a finalidade dos contratos, desde 2008 os de custeio agrícola vieram diminuindo ao passo que os de investimento pecuário estavam crescendo. De acordo com a mesma fonte, os contratos de custeio pecuário não indicam oscilações desde 2008, enquanto que os de investimento agrícola apresentaram um salto em 2012, ano em que o custeio

agrícola teve sua maior retração.

Cruzando as informações do estudo atual com o de Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014), observou-se a continuidade da tendência do crescimento dos contratos de investimento. No ano de 2012 os de investimento agrícola apresentaram um crescimento que teve continuidade em 2013, seguido de retrações nos anos seguintes. Já os de investimento pecuário que tinham o maior número de contratos de 2010 a 2012 (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014) e seguiram com esta predominância até 2016 (BCB, 2017).

Avançando nesta discussão, os Gráfico 4 e 5 apresentam a distribuição dos recursos e dos contratos por finalidade nas regiões brasileiras, ou seja, como se comporta a distribuição do custeio e investimento agrícola e pecuário para cada uma das cinco grandes regiões brasileiras.

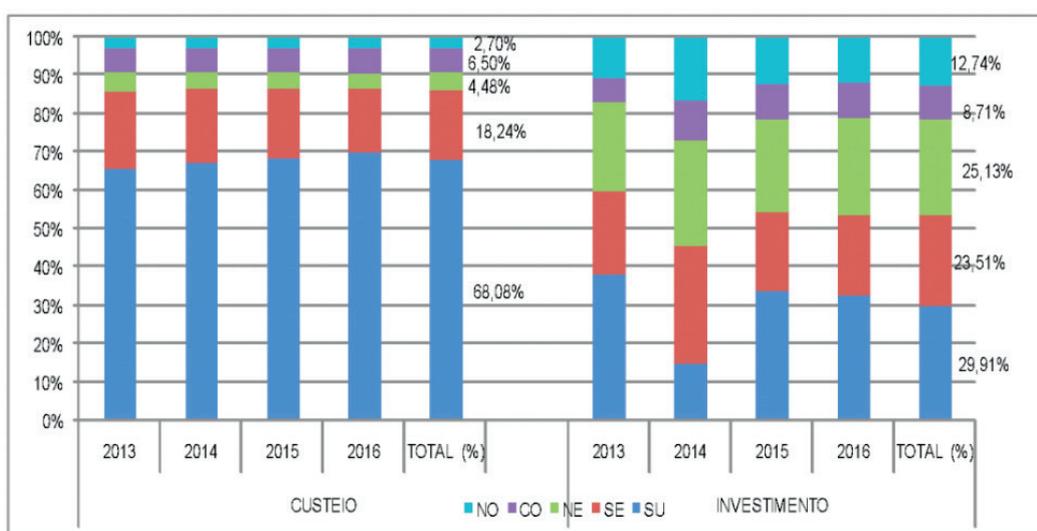


Gráfico 4 - Distribuição dos recursos do PRONAF por região e por finalidade: 2013 - 2016.

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

A partir do Gráfico 4 verifica-se, em relação a distribuição do recurso para a modalidade de custeio, uma predominância da região Sul, com mais de 60% de captação, seguida da região Sudeste com uma média de 18% desta. As regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, nesta ordem, aparecem com a menor participação. Já em relação à distribuição dos recursos da modalidade investimento ocorre uma maior variação entre as regiões, ficando próximos os valores captados pela região Sul, Nordeste e Sudeste, e com menor participação a região Norte e Centro-Oeste.

No Gráfico 5 é apresenta esta distribuição por finalidade, custeio e investimento, relacionado aos contratos firmados. Assim, ao analisar todo o período verifica-se uma predominância da região Sul, com média 66,02% dos contratos de custeio, seguida da região Sudeste (17,85%), Nordeste (8,48%) e Centro-Oeste (5,01%) e Norte (2,64%). Ao analisar a modalidade investimento este quantitativo se inverte, com destaque para a região Nordeste, com média de 68,39% dos contratos de investimento, seguida da

região Sudeste (12,44%), Sul (11,48%), Norte (5,64%) e Centro-Oeste (2,05%).

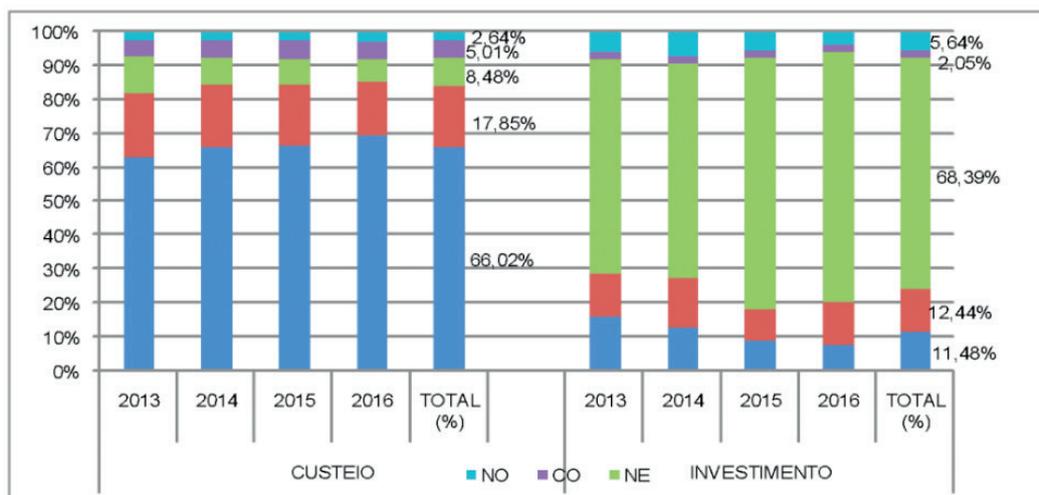


Gráfico 5 - Distribuição dos contratos por região e por finalidade e região: 2013 - 2016.

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

Analisado o panorama nacional e a distribuição dos recursos e contratos do PRONAF entre as cinco regiões torna-se importante e estimulante analisar estes dados esmiuçados entre os estados brasileiros e Distrito Federal (Gráfico 6).

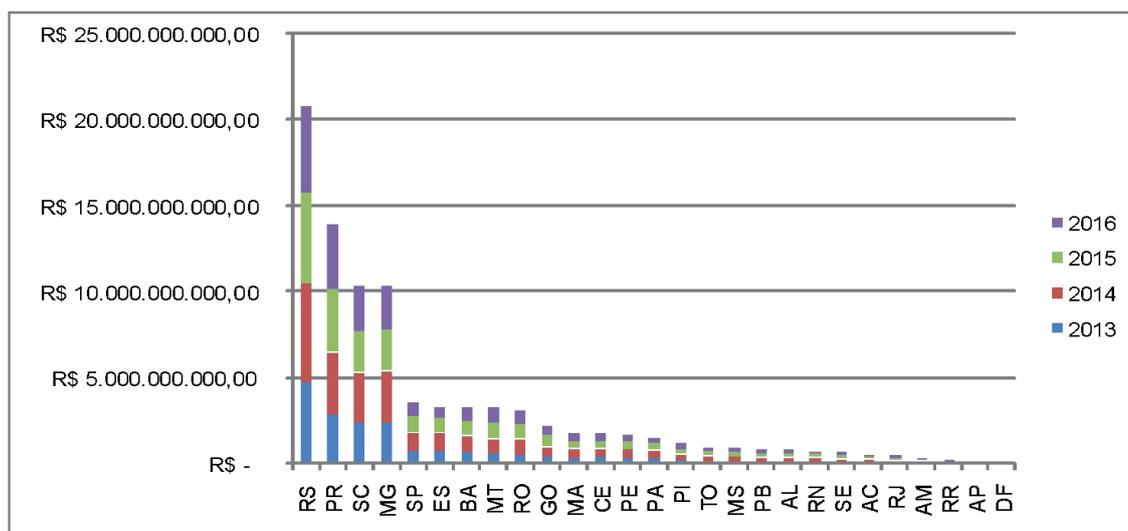


Gráfico 6 - Distribuição Nacional dos Recursos de Custeios e Investimentos Agrícolas e Pecuários por estado: 2013 - 2016.

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

A leitura do Gráfico 6 indica um destaque para os três estados da região Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) e um estado do Sudeste (Minas Gerais) com as maiores participações na captação dos recursos do programa. Juntos os quatro estados captaram aproximadamente 63% do recurso total, enquanto que os 37% do recurso restante está distribuído entre os demais estados e o Distrito Federal. Essa mesma característica foi observada quando analisado o período de 1996 a 2012, sendo que estes mesmos quatro estados já vinham se destacando na captação (WESZ

JUNIOR, GRISA E BUCHWEITZ, 2014).

Em termos de distribuição dos contratos por estado brasileiro, verifica-se que os estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais, cada um, firmaram mais de 10% do total dos contratos, enquanto que os estados de Tocantins, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Rio de Janeiro, Roraima, Amapá e o Distrito Federal, cada um, firmaram menos de 1% dos contratos nacionais (Gráfico 7).

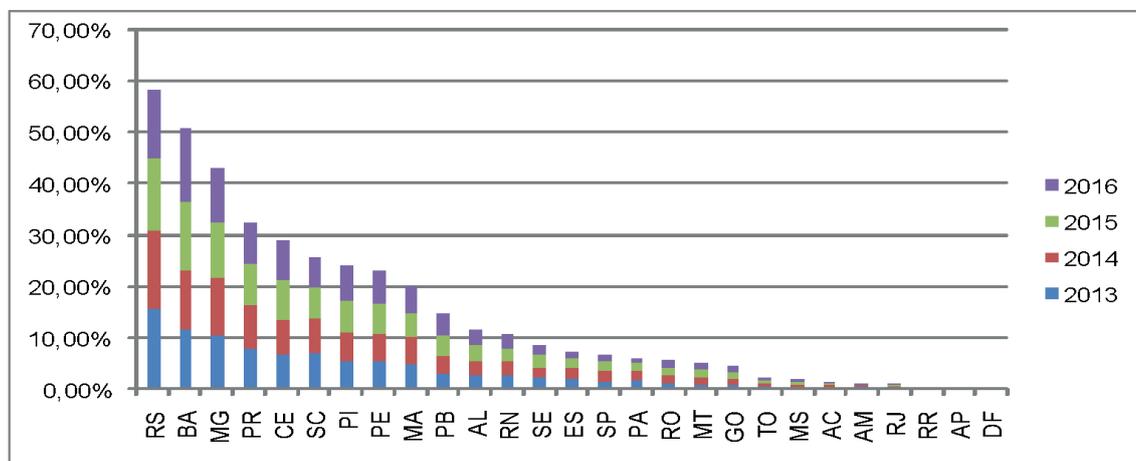


Gráfico 7 - Distribuição Nacional dos Contratos de Custeios e Investimentos Agrícolas e Pecuários por estado: 2013 / 2016.

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014) identificaram que os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Santa Catarina, nesta ordem, tiveram a prevalência do número de contratos no período de 1996 a 2012. Comparando estas informações com o estudo atual, observa-se que o Rio Grande do Sul segue como estado com maior número de contratos, assim como Bahia, Minas Gerais e Paraná.

Quanto ao valor médio dos contratos por estado o do Mato Grosso (R\$ 33.880,91); Roraima (R\$ 30.844,71); Rondônia (29.331,49) Distrito Federal (29.272,74) e São Paulo (R\$ 28.451,41) são os cinco estados com maior valor contratado no período de 2013 a 2016. Já os estados com os menores valores médios contratados são os da região Nordeste, com os menores valores no Piauí (R\$ 2.730,13); Paraíba (R\$ 3.263,25); Ceará (R\$ 3.352,25); Rio Grande do Norte (R\$ 3.556,52) e Bahia (R\$ 3.589,98).

Mato Grosso, São Paulo, Distrito Federal, Goiás e Espírito Santo foram os cinco estados apresentados no estudo de Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014) como aqueles com maior valor médio dos contratos. Segundo os autores são também os estados nordestinos com a menor média, sendo eles o Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Sergipe e Ceará, nesta ordem.

Diante dos dados apresentados, e segundo dados dos censos agropecuários brasileiros (HOFFMANN; NEY, 2010), o número de contratos e os recursos captados, nas mais diversas regiões brasileiras, podem estar relacionada a estrutura fundiária brasileira, em especial o número de contratos pode estar relacionada a regiões que

possuam o maior número de estabelecimentos de pequeno porte e o valor dos contratos pode se relacionar a existência de propriedades com maior extensão territorial naquela região.

3.2 Principais produtos financiados nas operações de custeio e investimento agrícola e pecuário

Nesta etapa foram descritos os principais produtos financiados por meio do PRONAF para os anos de 2013 a 2016 em nível nacional. Assim, buscou-se analisar especificamente cada uma das operações, quais sejam, custeio agrícola e pecuário, e investimento agrícola e pecuário.

A distribuição dos cinco principais produtos financiados das operações de custeio agrícola pode ser observada no Gráfico 8, destacando-se produtos como "soja", "milho", "café", "trigo" e "arroz". As duas principais culturas financiadas foram a "soja" e o "milho", que juntas representaram mais de 50% dos recursos financiados nos anos de 2013 a 2015, e mais de 60% em 2016. Embora o café, o trigo e o arroz sejam as culturas mais acessadas depois da soja e do milho, elas representam, em média, cerca de 7% dos recursos captados. Os demais produtos representam uma variedade para mais de 70 classificações que captam os outros 20%, aproximadamente, do recurso.

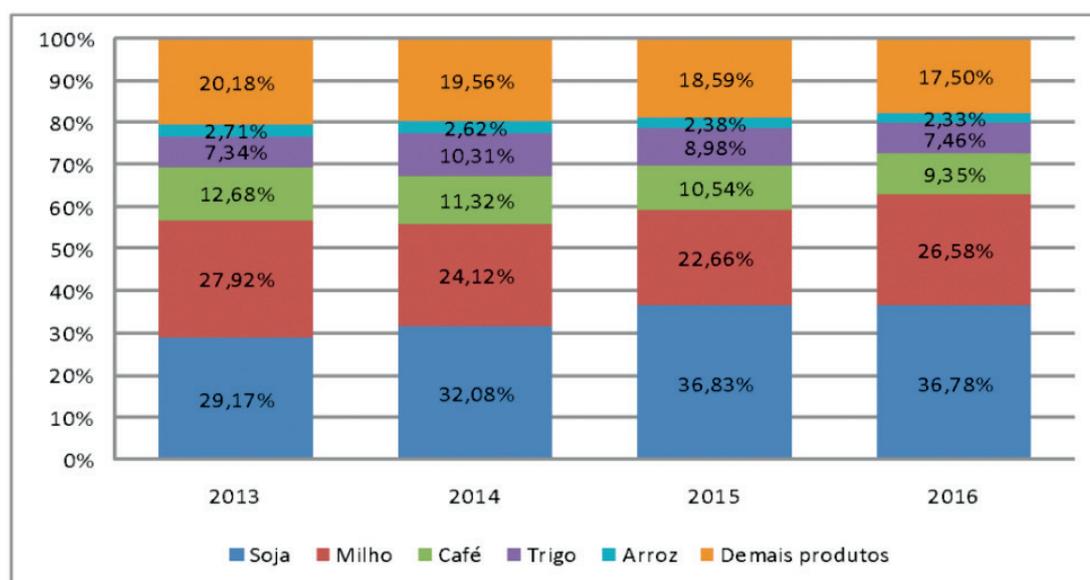


Gráfico 8 - Distribuição dos recursos de custeio agrícola para os principais produtos: 2013 - 2016.

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

Nos estudos realizados por Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014), já se destacava a soja e o milho como principais produtos financiados, respondendo, desde 2001, por mais de 50% do recurso de custeio agrícola. Os autores verificaram que o café apresentava crescimento na captação de recursos; porém, no período deste

estudo, esta captação volta a se contrair, assim como ocorreu também com a cultura do milho. Por outro lado, o crescimento do recurso captado para o cultivo da soja se justifica em meio à retração destas outras culturas analisadas.

Já em relação à distribuição dos produtos financiados para as operações de custeio pecuário observa-se maior concentração em um único produto, uma vez que, em média, 84,63% dos recursos de custeio pecuário se voltam para o financiamento de "bovinos". Assim, verifica-se que as outras cinco principais culturas ("suínos", "cultivo de peixe", "pastagens", "leite" e "avicultura"), representam, cada uma, menos de 2% do recurso captado, em média. Os outros 8,73% dos recursos, em média, estão distribuídos entre todos os outros itens financiáveis de custeio pecuário.

Na distribuição dos recursos de investimento agrícola, destacam-se como os principais produtos financiados o "trator", "máquinas e implementos", "depósitos e instalações", "café", "irrigação", "caminhões" e "colheitadeiras". Nesta distribuição destaca-se como principal produto o "trator" que responde por um investimento médio de 22,86% do crédito. As "colheitadeiras" respondem em média por 3,9%, seguida dos "depósitos e instalações" com 4,6% do recurso, "máquinas e implementos" e "café", com 3,56%, cada um, logo em seguida os "caminhões" que representam 3%, e "irrigação" com 2,72%. As demais classificações somam em média 55,78% do recurso para esta finalidade, conforme Gráfico 9.

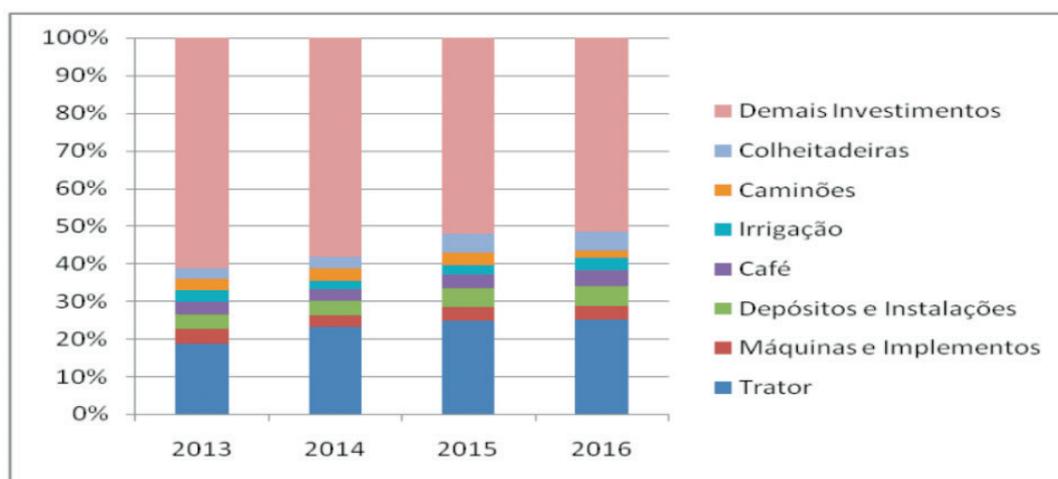


Gráfico 9 - Distribuição dos recursos de custeio pecuário para os principais produtos: 2013 - 2016.

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

Analisando a distribuição do recurso de investimento pecuário destacam-se como principais produtos, os "bovinos", "pastagens", "trator", "máquinas, aparelhos e instrumentos", "suínos", "depósito, galpão, paiol, estufa e instalações congêneres", "granjas avícolas" e "ovinos". Nesta distribuição destaca-se o recurso aplicado para aquisição de "bovinos" que representou aproximadamente 53,64% do recurso. Quanto aos outros produtos, as "pastagens" (4,86%); "trator" (2,93%); "suínos" (2,64%); "máquinas, aparelhos e instrumentos" (1,69%); "ovinos" (1,69%); "depósito,

galpão, paiol, estufa e instalações congêneres" (1,53%) e "granjas avícolas" (1,19%), destacam-se como principais produtos. As demais classificações financiadas nesta modalidade somaram, em média, 29,82% do recurso.

Com base nos dados apresentados, pode-se dizer que o PRONAF, na sua maioria, não fortalece o autoconsumo, porém ao estudar particularidades, como o fez Gazolla; Schneider (2005) verifica-se que sim, o PRONAF auxilia no fortalecimento deste autoconsumo, e que, portanto, está auxiliando na reprodução social e manutenção dos agricultores nos espaços rurais, como custeio do milho, leite e o investimento em tratores e bovinos, apresentados neste estudo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRONAF tem distribuído milhões de reais nas finalidades de custeio e investimento agrícola e pecuário no cenário nacional, para o financiamento de diversos produtos visando o desenvolvimento e fortalecimento do setor agropecuário. Neste sentido, o estudo indicou que o volume de recursos distribuídos no período recente (2013 a 2016) teve um aumento quando comparado ao período anterior estudado por Wesz Junior, Grisa e Buchweitz, (2014), sendo que no ano de 2014 atingiu-se o valor máximo já registrado durante os 21 anos de programa.

Em termos de contratos firmados, no ano de 2013 tem-se uma continuidade no aumento do número de contratos em relação ao ano anterior (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014), porém os anos seguintes (2014, 2015 e 2016) foram marcados por reduções, chamando a atenção para uma involução, sendo que pela primeira vez houve uma queda nestes por três anos consecutivos desde a criação do programa. Porém, o número recorde de contratos já registrados é o do ano de 2006, conforme apresentado por Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014). Quanto ao valor médio dos contratos, Wesz Junior; Grisa; Buchweitz, (2014) apontaram 2012 como o ano do maior valor médio. Contudo, no período analisado neste estudo, o maior valor médio ocorreu no ano de 2014, quando também superou o de 2012 em cerca de R\$ 4.000,00.

Apesar do aumento na distribuição dos recursos e valor médio dos contratos, a distribuição dos recursos do PRONAF entre as cinco grandes regiões brasileiras continua indicando uma concentração de recursos na região sul e sudeste, que juntas captam aproximadamente 70% do total. Já em relação aos contratos são as regiões Nordeste e Sul que detêm cerca de 80% destes. Estas concentrações também foram observadas por Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014).

Em termos de valores médios dos contratos por região, durante os anos de 2013 a 2016 a região Centro-Oeste possui os valores médios mais altos, e a região Nordeste os valores médios mais baixos. Ao comparar o período atual com os anteriores a 2013, Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014) também já destacavam estas duas regiões por possuir os valores mais altos e baixos, respectivamente. Para o período atual a região

Norte apresenta uma tendência de crescimento que já iniciou em 2012 e que de 2013 a 2016 apresentou a maior amplitude dos recursos captados por região.

Os recursos de investimento predominavam de 2009 a 2012 (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014), cuja realidade se repetiu até 2014, quando os recursos de custeio passam a prevalecer. Quanto aos contratos, predominam os de investimento, seguindo uma tendência iniciada em 2010 e assim permanecendo até 2016. Quanto a distribuição da finalidade dos recursos por região o custeio predomina no Sul e Sudeste, e o investimento predomina na região Sul, Nordeste e Sudeste, com valores próximos. Os contratos de custeio predominam na região Sul e os de investimento na região Nordeste.

Na distribuição dos recursos por estados, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais foram os que tiveram a maior captação no período analisado. Quanto aos contratos, o estudo atual apontou para os estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais e Paraná com maior número de contratos. Estes mesmos quatro estados já foram os apontados por Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014).

Os produtos agrícolas de custeio mais financiados com recursos do PRONAF foram soja, milho, café, trigo e arroz, no período de 2013 a 2016 dando continuidade ao que já apontava Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014). No custeio e investimento pecuário o financiamento de bovinos se sobressaiu em ambos, com mais de 50% do recurso captado. No investimento agrícola o financiamento de tratores representou o item com maior valor captado, representando cerca de 20% do investimento.

Assim, pode-se concluir que o PRONAF no Brasil está evoluindo ou se mantendo em termos de aumento de recursos e contratos, o que deve estar promovendo o fortalecimento da agricultura familiar, auxiliando a consolidação do programa, mas as discrepâncias entre as regiões, e os valores por contrato apontam que o programa deve ser ajustado para fazer jus ao seu objetivo principal. Para tanto, estudos que possam realizar análises estatísticas inferências serão de grande valia para a temática.

AGRADECIMENTO

Ao apoio do Programa Institucional de Iniciação Científica da UFFS (PRO-ICT) e do PROBIC/FAPERGS

REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. **(Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural**. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, Natal, 2010. Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal: UFRN, 2010. v. 1. p. 1-21. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/anais.html>. Acesso em: setembro de 2014. Acesso em 01 jan. 17.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Financeiro Nacional: Crédito Rural. Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro "SICOR. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#/c/MICRRURAL/>>. Acesso em 10 mar. 2017.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1>. Acesso em: 15 fev. 17.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

DE CONTI, Bruno Martarello; ROITMAN, Fábio Brener. **Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa**. In: Revista do BNDS 35, 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf>. Acesso em: 21 fev. 17.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?**. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 43., 2005, Ribeirão Preto . Anais... Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. ISSN 0103-6157. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 12 jan. 17.

MALYSZ, Paula Angélica; CHIES, Cláudia. **A importância do Pronaf na permanência do agricultor familiar no campo**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia- UFU. ISSN 1983-487x. Uberlândia. 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf> Acesso em: 01 fev. 17.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS; Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, José Ribeiro da; JESUS, Paulo de. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no brasil. In: CONGRESSO NORTE E NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 5., 2010, Maceió. **Anais...** Maceió, 2010. Disponível em: <<http://congressos.ifal.edu.br/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457>> Acesso em 07 fev. 2017

WESZ JUNIOR, Valdemar; GRISA, Catia; BUCHWEITZ, Vítor Duarte. **O desempenho do Pronaf no Brasil: um olhar sobre o público beneficiário e as atividades financiadas**. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 52., 2014, Goiânia. Anais... Goiânia: SOBER, 2014. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/3500.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-132-9

